



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA.**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

José Vieira do Nascimento

**A VULNERABILIDADE SOCIAL E A EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS DO
ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA-CE**

ACAPARE-CE

2019

JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO

**A VULNERABILIDADE SOCIAL E A EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS DO
ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA-CE**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades do Instituto de Humanidades (IH) sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva.

Orientadora: Prof. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva

ACARAPE – CE

2019

JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO

**A VULNERABILIDADE SOCIAL E A EVASÃO ESCOLAR
DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE
ARACOIABA-CE**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades do Instituto de Humanidades (IH) sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva.

Orientadora: Prof. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva

Acarape-Ce, ___ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva

Profa. Dra. Joanice Santos Conceição

Mestrando David Ferreira Lima
Mestrado Interdisciplinar de Humanidades/Unilab

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria José Vieira de Araújo, que sempre apoiou e me deu forças para alcançar os meus sonhos.

A minha companheira, Emilly Freire, que sempre esteve ao meu lado. Principalmente nos momentos mais difíceis, especialmente na efetivação desse trabalho.

Agradeço em primeiro lugar a minha família por compreender o motivo de minhas ausências em vários momentos. Aos meus professores pela dedicação nos conteúdos repassados em sala de aula, mas, em especial, a minha orientadora prof. Dra. Rosângela Ribeiro, pela paciência durante todos esses meses. E aos membros da banca examinadora, vos agradeço por sua presença e contribuição.

Agradeço também à UNILAB por ter me dado a oportunidade de cursar o ensino superior público e de qualidade. Sem esquecer, é claro, de todos os amigos que fiz nessa jornada tão importante de minha vida.

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar os reais determinantes da evasão escolar de alunos dos anos finais do ensino fundamental (9º ano) em processo de transição para o ensino médio (1ª série) da Escola de Ensino Fundamental Nagila Maria Pontes Paz Passos e Escola de Ensino Médio Almir Pinto, pretendendo evidenciar o estranhamento dos jovens de Aracoiaba frente às instituições de ensino escolar ao investigar e apresentar as possíveis causas de evasão escolar pelos jovens com faixa etária entre 14 e 18 anos, que estão nessa situação de transição – período de saída do ensino fundamental II (9º ano) para ingressar na primeira série do ensino médio –, com isso, objetivando, evidenciar o papel que os organismos multilaterais apresentam para a solução da pobreza através da escolarização e os determinantes desta relação com a evasão escolar. Buscaremos analisar como esse fenômeno se relaciona diretamente com o fenômeno de vulnerabilidade social da juventude. Será utilizado do método de pesquisa exploratória englobando os métodos qualitativos, sabendo que ambas as escolas apresentavam 671 estudantes devidamente matriculados no ano de 2017. Sabe-se que nesse mesmo ano, o número de evadidos corresponde a cerca de 30,4% em todo o território brasileiro, sendo que, no Nordeste, essa evasão corresponde a 31,9% e no estado do Ceará esse percentual representa 35%, conforme o que foi divulgado no censo escolar de 2017 apresentado pelo Inep. Nos apoiaremos nas contribuições de Abramovay (2002), Braga (2008), Moreira e Salles (2014), Peixoto (2018), Ferreira (2018), dentre outros para que desta forma possamos evidenciar os reais determinantes da evasão escolar.

Palavras chaves: Transição, Pobreza, Evasão Escolar, Vulnerabilidade Social, Juventude.

ABSTRACT

The present work consists of analyzing the real determinants of school dropout among students from the final years of elementary school (9th grade) in the process of transition to high school (1st grade) from Nagila Maria Pontes Paz Passos School of Education and School of Education Almir Pinto, intending to show the strangeness of Aracoiaba youth in front of school education institutions by investigating and presenting the possible causes of school dropout by young people aged between 14 and 18 years, who are in this transition situation - (9th grade) to enter the first grade of secondary education, with the aim of highlighting the role of multilateral organizations in the solution of poverty through schooling and the determinants of this relationship with school dropout. We will try to analyze how this phenomenon is directly related to the phenomenon of youth social vulnerability. It will be used the exploratory research method, including qualitative methods, knowing that both schools had 671 students duly enrolled in the year 2017. It is known that in that same year, the number of evadidos corresponds to around 30.4% in the whole in the Northeast, this drop corresponds to 31.9% and in the state of Ceará this percentage represents 35%, according to what was disclosed in the school census of 2017 presented by Inep. We will support the contributions of Abramovay (2002), Braga (2008), Moreira and Salles (2014), Peixoto (2018) and Ferreira (2018) among others so that we can show the real determinants of school dropout.

Keywords: Transition, Poverty, School Evasion, Social Vulnerability, Youth.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1. DIREITO À EDUCAÇÃO.....	16
3.2. A VULNERABILIDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO	19
4. OBJETIVO GERAL.....	22
4.1. OBJETIVO ESPECÍFICO	22
5. METODOLOGIA.....	23
6. CRONOGRAMA	25
7. REFERÊNCIAS	26
8. APÊNDICE 1	29
9. APÊNDICE 2	31

1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar as temáticas evasão escolar e vulnerabilidade social, parte de dois pontos, primeiro: por achar que podem ser assuntos muito próximos, tendo em vista que a evasão escolar pode estar ligada diretamente a vulnerabilidade social, mais especificamente a ao quadro de pobreza e segundo: surgiu do contado direto com pessoas que por vários momentos era visível em suas narrativas um ar de dúvida, no qual se tornou mais evidente ao ouvir músicas como “a vida é um desafio” do grupo de Rap Racionais MC’s, “preto sonhador” do grupo Pacificadores dentre outros grupos de Rap e músicas aos quais suas letras é uma representação quase que perfeita do que está sendo vivido por esses jovens.

Vale ressaltar, que é a juventude negra, pobre e periférica do Brasil, especificamente, que está vivendo um dilema ao qual compreendo está sendo evidenciada nas palavras do grupo de Rap Racionais MC’s, em um pequeno trecho da música “A vida é um desafio: Será instinto ou consciência viver entre um sonho, ou a merda da sobrevivência”, nesse contexto de realidade, os jovens entre 14 e 18 anos, o qual seria interessante para o seu crescimento estarem em uma unidade escolar de regime regular ou técnico do sistema público educacional do país, ao invés disso, estão lutando pela sua sobrevivência. Isto é, a forma deficiente como está constituída o sistema público brasileiro de Educação, causa todos os anos condições irrefutáveis para a evasão dos espaços de ensino por esses jovens.

Diante de tal situação, podemos destacar a partir do método de pesquisa exploratória, que diversos são os fatores que podem vir a tornar como justificativa para a fuga desses jovens da escola pública, logo como suas próprias convicções, de acordo com o que venho observando e ouvindo dos próprios indivíduos obtidas por conversas informais, no qual essas conversas cotidianas com conhecidos nos mais diversificados ambientes sendo um deles a rua, por esse motivo exponho como exemplo algumas das expressões, no caso as que foram repetidas com mais frequência está “eu sou burro”, “eu não consigo entender o conteúdo aí faço bagunça”, assim como fatores mais complexos, por exemplo a própria ausência direta do Estado na vida desses jovens periféricos que vivenciam essa realidade de total descaso e abandono.

No plano de fundo geral, a possível ineficácia do sistema público de ensino básico brasileiro poderá ter como finalidade a valorização do ensino privado? Além da manutenção

dos privilégios e do poder para as elites dominantes, deixando para os filhos da classe trabalhadora o papel de subalternos? É importante salientar, que esses historicamente sempre ocuparam esse lugar de destaque na sociedade, muito embora vivemos o paradoxo de uma escolarização – pública – indispensável, mas ineficiente. Onde sem ela nada se faz, e, com ela, nada se é garantido (GADELBA, 2008). O que me faz lembrar de quando iniciei minha graduação no curso de Bacharelado em Humanidades na instituição de ensino Unilab, minha família, em especial minha mãe – escolarizada só até o quinto ano do ensino fundamental – pensava que agora, sim, meu filho está com o futuro garantido.

Que nas palavras do músico e escritor Gabriel, o pensador, na música “até quando: E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado que eu saiba falar, aquilo que o mundo me pede não é mundo que me dá”, nada mais é que uma representação fiel da distorção do real, o sucateamento das instituições públicas (escolas, hospitais), na qual ao mesmo tempo em que o Estado sucateia as instituições escolares – públicas – desvalorizando os professores, mantendo as salas de aula em estado de depredação, dentre outras formas, ele a fortifica. Fortalece alteando muros, colocando arame farpado serpentina ou grampos sob os mesmos. Não esquecendo, é obvio, dos portões de chapa de aço que impossibilita à visão de quem está dentro ou fora, grades de ferro em espaços abertos como podemos destacar abaixo.

Para Foucault, a escola é uma das "instituições de seqüestro", como o hospital, o quartel e a prisão. "São aquelas instituições que retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam etc." (FERRARI, 2008)

Isso quando analisamos o contexto geral da forma de ensino tanto pública quanto privada, e também quando observamos a estrutura predial dessas instituições, podemos notar a semelhança que ela tem como um prédio de prisão.

Foucault concluiu, no entanto, que a concepção do homem como objeto foi necessária na emergência e manutenção da Idade Moderna, porque dá às instituições a possibilidade de modificar o corpo e a mente. Entre essas instituições se inclui a educação. O conceito definidor da modernidade, segundo o francês, é a disciplina - um instrumento de dominação e controle destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes. (FERRARI, 2008)

Fator visível nas formas como estão estabelecidas as estratégias de ensino no Brasil. No setor público do ensino básico, percebe-se que tem um papel determinante à desempenhar, que é nada mais que arrematar mão de obra barata para o mercado, na qual essa mão de obra é o filho e filha da classe trabalhadora. No que esse mesmo sistema favorece a

manutenção das desigualdades sociais, e a manutenção do poder e privilégios para uma classe dominante.

2. JUSTIFICATIVA

Embora existam diversos fatores que possam levar o interesse pesquisar o tema a **vulnerabilidade social e a evasão escolar de jovens do ensino médio no município de Aracoiaba-CE**, seja ele de cunho social, econômico ou humano. É interessante destacar, que no Brasil em especial nos anos de 2016 a 2017, o número de jovens que nem estudavam e nem trabalhavam ou se qualificavam cresceu 5,9% (IBGE, 2018). O número de 5,9 % equivale a 619 mil jovens. Isso representa um dado alarmante em relação a essa classe, demonstrando a importância em trabalhar esse tema relacionado quando se faz à relação direta com a evasão de jovens da educação formal. Desta forma, com esse trabalho, alicerçado com os dados obtidos e compreendidos, pretendo analisar a seguinte questão: quais os possíveis determinantes para o fenômeno da evasão escolar no município de Aracoiaba – Ce? Tendo em vista que 36,7% dos estudantes de Aracoiaba tiveram que abandonar a escola.

Entretanto, um dos problemas já identificados e que as escolas de ensino público já estão enfrentando através do seu sistema educacional é a ineficácia em alfabetizar os meninos e meninas até o terceiro ano do ensino fundamental, que seria o último ano dentro da escola (em tese) que a criança teria para ser alfabetizada. A revista *gestão escolar* reforça essa afirmação deixando nítido que a falha no aprendizado nesse período descrito pode acarreta em problemas de aprendizagem nos anos posteriores.

[...] Ficou evidente é que os fracassos diários na alfabetização têm um impacto direto no desempenho do aluno nos anos seguintes. Como o 3º ano corresponde hoje ao fim do ciclo de alfabetização, a falta de base para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática impactam na aprendizagem de outros conteúdos ao longo da Educação Básica. (SEMIS, 2018)

Torna-se mais uma vez evidente que a negligência na alfabetização gera danos terríveis, em muitos casos insuperáveis para a criança ou adolescente, que posteriormente, juntamente com a dinâmica em sala de aula, é inibida a não participar ou tentar aprender por medo de passar vergonha na frente dos coleguinhas de turma e posteriormente, com um quadro avançado, vale ressaltar que esses são alguns dos elementos o qual poderá leva a abandonar à escola, adota outras atividades como prioridade.

Portanto, a partir de todas as buscas e informações de caráter informal surge o questionamento, por que há uma grande evasão de estudantes do fundamental para o ensino médio, da educação pública, na cidade de Aracoiaba-ce?

3. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a revista *Gestão Escolar* de 31 de janeiro de 2018, que teve como título *Evasão: Censo escolar revela o “fracasso da escola”*, no qual se trata do tema da entrevista relacionada à apresentação do censo escolar de 2017 pelo Inep, mostra que o “fracasso da escola”, tem referência direta da má formação dos estudantes, dando como exemplo o 3º ano do ensino fundamental, que seria a última fase de alfabetização, ou seja, estudantes que não aproveitam bem essa fase estão sujeitos diretamente a terem dificuldades na aprendizagem nos anos que se seguirem, vindo a se tornar um obstáculo insuperável para o aprendizado desses (as) meninos e meninas, e conseqüentemente podendo resultar no abandono da escola posteriormente.

O mesmo censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgou em 20 de junho de 2017 dados inéditos referentes ao fluxo escolar na educação, os dados obtidos revelam números alarmantes a respeito da evasão escolar em um número geral a cerca de 30,4% dos estudantes em todo o Brasil evadiram da escola de ensino médio em 2017. Abrindo o questionamento: o que aconteceu com esses jovens para se tornarem ausentes do ambiente educacional? A resposta não é tão simples, no entanto, a escola enfrenta questões singulares como a desvalorização da educação pública, a desvalorização dos profissionais da educação referindo-se a remuneração desses profissionais. Esses e outros fatores como a mais recente aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 95/2016, também conhecida como PEC do teto dos gastos, que propõe o congelamento dos investimentos do governo federal nos setores públicos por 20 anos, que fora aprovada em 2016.

Retratando uma triste realidade onde a escola está tornando-se um negócio – nessa realidade mais aprende quem pode pagar – tornando-se bastante lucrativo para aqueles que detém um poder aquisitivo maior, assim defendendo essa forma de gestão, isto é, a privatização do ensino público. Pode-se citar o Fórum da liberdade¹, que apresenta um pequeno artigo de convencimento público em defesa da privatização do ensino básico público, tornando-o privado. No presente artigo, que se intitula a Privatização do Ensino Público. O próprio atesta a deficiência do Estado em gerenciar o ensino, pois este é ilustrado com o dado de investimento para a educação em cerca de 110 bilhões de reais, destinado à educação

¹ Desde 1988 promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), reconhecido em 2013 pela revista *Forbes* como maior espaço de debate político.

pública. No entanto, as escolas públicas ainda têm uma educação sucateada, do mesmo modo, coloca-se como justificativa a falta de competição das escolas geridas pelo Estado – que apresentam a disputa entre as mesmas como uma forma de melhoramento na aprendizagem. Garantindo, então, uma melhoria direta do ensino –, a falta de capacitação dos educadores em um discurso simplista que elege o ensino privado como melhor, defendendo à compra de vagas para estudantes de escola pública. Esse discurso de convencimento falacioso também se aplica nas políticas de desenvolvimento de países subdesenvolvidos por meio da educação, que é disseminada pelo Banco Mundial (BM). Este reforça com a ideia de “cultura da paz”, tal cultura só sendo possível, segundo a organização citada, pela reformulação dos moldes da educação, essa que teria o dever de socializar os jovens, elencando estratégias como:

Um conjunto de ações sócio-educativas mediadas pelo Estado, em parceria com entidades privadas e monitoradoras pelos organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e da UNESCO, que operaria o recondicionamento dessa juventude pobre, filha social (e biológica) da classe trabalhadora, a uma suposta condição de inclusão social. Tal demanda coloca o grande capital e seus interlocutores numa situação confortável frente às limitadas possibilidades de uma real ofensiva organizada dos trabalhadores à ordem estabelecida, numa quadra particularmente adversa da luta do proletariado. (SILVA; RABELO; SEGUNDO, 2010)

Acredito que a vulnerabilidade social é tida hoje como um dos fatores determinantes para o abandono escolar por jovens entre 14 e 15 anos, faixa etária estipulada como padrão para que estejam concluindo o 9º (nono) ano do fundamental e iniciando a 1º (primeira) série no ensino médio no Brasil. De acordo com a divulgação de dados referentes ao fluxo escolar no ano de 2017, pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o número de evadidos corresponde a cerca de 30,4% em todo o território nacional. No Nordeste, essa evasão corresponde a 31,9%, e, no Ceará, esse percentual representa 35%. Esses percentuais são mais de um terço (1/3) dos estudantes do ensino médio no estado Cearense que abandonaram a escola no ano de 2017, sem do em Aracoiaba 36,7%. Estudos referentes na educação que comparam a educação pública com a privada, apontam resultados de superioridade de estudantes de escolas privadas em contraste com os da rede pública de ensino. A partir de resultados obtidos pelos estudantes em provas/teste de âmbito nacional.

As escolas da rede privada apresentam um desempenho superior às públicas, com algumas exceções. Os resultados mostram que as escolas não são igualmente eficazes, embora o acesso à educação seja universal. Acredita-se que um dos motivos seja a elevada variância encontrada no desempenho das escolas brasileiras de ensino fundamental mesmo controlando pelas características individuais dos alunos. (FRANÇA, GONSALVES, 2010)

Adequando a essa discussão, no comparativo de qualidade de ensino – que para isso é necessário melhores condições de trabalho para os professores, um melhor plano de ensino para a educação básica, e uma melhor infraestrutura predial das escolas públicas – têm como fator decisivo – a meu entender – para tal desigualdade, ou como está sendo caracterizado, a mercantilização do ensino, isto é, para haver uma melhor valorização do ensino privado, o estado vem negligenciando os investimentos no básico, ou seja, o sucateamento das estruturas públicas que vem tendo mais visibilidade a partir de políticas neoliberais, que trazem à tona a vulnerabilidade social juntamente das desigualdades. De acordo com a revista Exame (2017) a pontuação média geral das escolas brasileiras é 525 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sendo que a desigualdade entre as condições de escolas públicas e privadas é marcante, pois 91% das escolas públicas estão abaixo dessa média.

Condições como renda familiar do aluno, o tipo de escola – pública ou privada – em que estudou e até se ele tem ou não internet em casa estão, quase sempre, ligadas a ter um bom ou mau desempenho. Isto não significa que viver na pobreza ou na falta de estrutura é determinante. Mas que esses fatores – boa escola e boas condições familiares – são muito relevantes para o sucesso dos alunos. (TOLEDO; PRATA, 2019)

Mas nesse sentido, vale ressaltar que torna-se presente a discussão referente a evasão escolar, que a vulnerabilidade social desses indivíduos pode ser um determinante. Podendo ser também um tema bastante discutido para buscar entender a violência urbana que nos aflige dia após dia. Mas, focando no ponto da evasão, segundo o artigo Educação e vulnerabilidade Social de Crianças e Adolescentes nos termos da Unesco e do Banco mundial, entende-se como os indivíduos caracterizados no contexto de vulnerabilidade social são: sujeitos pobres, jovens desassistidos e/ou adolescentes em risco social. É preciso entender a proximidade que tem a vulnerabilidade com relação à pobreza, isto é, os indivíduos que se encontram nesse contexto de vulnerável/evadido do ambiente de ensino, são aqueles que também podem ser caracterizados de marginalizados. São aqueles que se encontram à margem da sociedade. Eles são os abandonados pelo o Estado. Essa é uma dura realidade vivenciada por cerca de 50 milhões de brasileiros, cujo número corresponde a 25,4% da população nacional, esse percentual é segundo dados divulgados pelo IBGE em 15 de dezembro de 2017. Nesse mesmo estudo, é caracterizada à região nordeste com o maior índice de 43,5% (IBGE,2017).

3.1. DIREITO À EDUCAÇÃO

Diante do que já foi posto, nota-se uma possível omissão do Estado brasileiro com a lei maior, a Constituição Federal de 1988, que designa a educação pública como um serviço indispensável para a formação humana/cidadã do indivíduo. O Direito Social, assim como está posto no art. 6º da Constituição Federal de 88, estabelece sua atribuição como direitos sociais, sendo esses direitos definidos como saúde, segurança, lazer, educação, previdência social, proteção a maternidade e infância, etc. No que se refere a educação:

No Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Hamze, [21--])

Até a criação da CF 88 (Constituição Federal de 1988) o Estado não tinha a obrigação de assegurar o acesso/direito à educação. Com isso, o ensino público era tratado como mera assistência do Estado com aqueles que não podiam pagar por seu aprendizado, ou seja, dentre todas as Constituições Federais que já foram instituídas no Brasil, logo, a CF de 1824, a CF de 1891, a CF de 1934, a CF de 1937, a CF de 1967 e a atual em vigência, a CF de 1988. Esta, já é categorizada como um avanço no que diz respeito a categoria de Crianças e Adolescentes, pois o que a difere das demais que a precederam é exatamente resguardar direitos cotidianos e sociais atribuídos a esses indivíduos. Para fazer valer ao direito a educação, a Lei maior ainda faz uso de leis suplementares como a PL 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases e Educação Nacional (LDBEN), juntamente com a PL 8.069/90 Estatuto da criança e do Adolescente. Juntas, elas têm a finalidade de garantir o acesso à educação.

Com base no artigo 227, parece-nos possível apontar algumas fragilidades da Constituição de 1988, no que concerne à concretização dos direitos relativos à infância e à adolescência: a) diversos direitos são outorgados a crianças e adolescentes, porém, não são estipuladas as condições materiais necessárias ao efetivo oferecimento de cada um deles; b) o dever de assegurar os direitos previstos é atribuído a três instâncias distintas (família, sociedade e Estado), que deverão fazê-lo com prioridade absoluta, contudo, não há um detalhamento sobre a responsabilidade de cada uma delas, tampouco uma definição precisa do termo prioridade absoluta. Consequentemente, retomando a expressão de Florestan Fernandes, o artigo em tela se mostra inacabado: é avançado, à primeira vista, enquanto declaração formal, mas carece de uma pormenorização que facilite a transposição dos direitos do papel para a realidade. Este problema começaria a ser resolvido, com a regulamentação do supramencionado artigo, pelo Congresso Nacional em 1989, que proporcionou, cerca de um ano depois, a publicação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (MOREIRA; SALLES, 2014)

Direito que resguarda, a todos e todas, constitucionalmente, sendo indiscutível a sua importância perante o acesso direto à educação, isto é, faz-se fundamental para a formação de uma consciência cívica ou para capacitação para o trabalho. Tendo em vista que a educação

qualifica o Indivíduo para a pratica remunerada (trabalho), talvez, esse seja um dos motivos para a permanência de alguns jovens de escola pública na frequência em sala de aula, porém, em muitos casos, não é o suficiente. No entanto, a ausência de escolaridade/educação pode tornar essas pessoas “incapazes de exigir os seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, causando-lhes problemas na sua inclusão na sociedade”, assim afirma Novo (2018).

Com a finalidade de assegurar o direito à educação (pública) já contemplada na CF 88, à atual LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), todos esses citados, tem a finalidade de garantir o acesso a esse direito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 4024, foi promulgada pela primeira vez em 1961, tinha em seus moldes a educação inspirada nos princípios da liberdade e da solidariedade humana, logo em 1996 a lei é alterada para 9394/96 estabelecendo as normas à serem cumpridas pelo sistema educacional público do ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) ao superior, que tem em seu cerne o vínculo da educação escolar como o mundo do trabalho e as práticas sociais, no qual seria abranger os processos de formação, que se desenvolvem na família, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sócias e organizações da sociedade e nas manifestações culturais.

A Lei Federal n° 8.069 de 13 de julho de 1990, ou como é popularmente conhecida ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi criada com o fim de garantir o que estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 onde frisa que:

... a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

No entanto, não só para assegurar o cumprimento da CF 88, que foi criada a lei n° 8.069, mas também para tampar as lacunas existentes em seu texto final. Tanto que, Florestan Fernandes², que também foi membro da Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da carta magna, a considerava inacabada, assim afirma MOREIRA; SALLES (2014).

A Constituição, em sua forma atual, é desigual. Contém disposições avançadas e modernas, ao lado de outras disposições que consagram privilégios preexistentes e a

² Florestan Fernandes (1920-1995), foi sociólogo, professor universitário, colunista e deputado brasileiro. Foi eleito deputado federal pelo partido dos trabalhadores (PT) em dois mandatos (1986 – 1994) e participou da constituinte de 1988, ele compreendia que a educação deveria ser laica, gratuita e libertadora, ele também dedicou a sua obra a compreender a situação do negro brasileiro.

ordem estabelecida. (FERNANDES, 1989, p. 291, apud MOREIRA; SALLES, 2014, p. 3).

Acrescenta:

[...] o fim último da Constituição consiste em legitimar o ilegítimo, forjando um mundo de aparências que consagra uma ordem social democrática e um Estado democrático imaginário e inexistente. (FERNANDES, 1989, p. 248, apud MOREIRA; SALLES, 2014, p. 3).

Desta forma, se faz necessária, à criação de mecanismos que pudessem colocar à todos em um patamar de igualdade, independentemente dos privilégios que pequenos grupos sociais tem acesso na sociedade moderna.

A atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular), começou a ser pensada em 2013, ainda no Governo Dilma Rousseff (2010-2016). A criação desse documento perpassa sobre a tentativa de oferecer um ensino “inclusivo e democrático”, tendo também a finalidade de ser a referência para o processo educacional em todo o território nacional, em todas as instituições de ensino do Brasil que ofereçam, desde à educação infantil ao ensino médio, sendo estas, incumbidas de padronizar o conteúdo a ser ensinado ou pelo menos com um mínimo a ser ofertado.

A BNCC integra o PNE (Plano Nacional da Educação), o que já era previsto na CF 88. A Base Curricular teve seu primeiro texto redigido em 2014. No ano seguinte (2015), o documento foi apresentado para uma consulta pública, dando a possibilidade da sociedade opinar sobre o currículo. Estima-se a participação de 45 mil escolas, dando início à segunda versão do documento. Em 2016, esta mesma versão teria viajado por todos os estados do território nacional, para ser debatida em seminários, em 2017, à terceira versão deste documento, que teve a sua homologação ainda em dezembro do mesmo ano.

O texto final, homologado, em 2017, estabelece à obrigatoriedade de sua implantação em todas as escolas do Brasil até o final do ano de 2019. No entanto, mesmo com sua homologação em 2017, a BNCC foi construída em meio à críticas durante sua elaboração. Contrapondo o que aqui já foi citado diante de sua criação, como a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa e Matemática, colocando-se, assim, as demais áreas como: humanas e ciências da natureza em um campo de interdisciplinaridade, com atribuição de oferta de acordo com a rede de ensino, essa nova forma de ensinar, na ótica de especialistas, é prejudicial para a formação dos jovens.

Entre as críticas que cercam à Base nacional Comum Curricular, encontra-se, a de primeiro momento. A própria base quando aprovada em 2017, ela não contemplava o ensino médio, mas sim, só a educação infantil e ensino fundamental, o que à princípio não faz sentido. Uma vez que entende-se como ensino básico à educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio, assim como estabelece a LDB no “Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades” (BRASIL, 1996).

Em agosto de 2018, o governo Federal, no intuito de “debater” a BNCC após duras críticas, nomeou o dia 02 (dois) de agosto de 2018 como “DIA D.³”, com a criação de formulários eletrônicos, definidos por área do conhecimento. Estes formulários foram compartilhados com todos os educadores do Brasil para que pudessem o preencher. No entanto, O dia da farsa - como assim foi chamado - ou “o dia do desmanche da educação pública”, assim foi intitulada como uma matéria da mídia alternativa, Carta Educação.

O título se refere ao Dia D da Base Nacional Comum Curricular, aqui já mencionado, que para especialistas, foi apenas uma fachada para a implementação da BNCC sem nenhum questionamento, afirma Madalena Guasco Peixoto Coordenadora-Geral em Exercício da Cotee e Diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP e autora do artigo mencionado. Para ela, o “Dia D” é um ataque disfarçado de “consulta”, de “coleta de ideias”, um desrespeito aos professores das escolas públicas ao força-los a preencher um formulário de avaliação da proposta de BNCC do ensino médio por área de conhecimento. Uma farsa que objetiva substituir um calendário de audiências públicas para debater a proposta, afirma a coordenadora.

3.2. A VULNERABILIDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO

O termo/conceito “Vulnerabilidade Social” dado desde que se caminhava nas pesquisas e análises a respeito do conceito de Pobreza, os trabalhos pioneiros relacionados a esta nova definição, a Vulnerabilidade Social, procederam com a motivação e preocupação de tratar de forma mais ampla, o “fenômeno” da pobreza juntamente com outras modalidades que propiciam a desigualdade social. Nesse sentido, a pobreza deixa de ser o fator determinante à ser estudado e se torna apenas um fenômeno que integra o contexto de vulnerabilidade:

³ Dia 6 de março, foi a data escolhida pelo até então ministro da educação (MEC). Esse foi o dia que estava previsto o debate nacional referente a BNCC.

Tais enfoques da *pobreza* – apesar de servirem à identificação dos setores mais desenvolvidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse *fenômeno*, já que se baseava apenas no uso de indicadores de renda ou carência que *delimitam a insatisfação de necessidades básicas*. (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA, MARTINELLI, 2002, p. 28).

Tendo em vista que a situação de Vulnerabilidade que podemos considerar como sintomas dessa “sensação” à falta de perspectivas e a insegurança, está relacionada ao impedimento ao acesso à recursos materiais ou simbólicos, seja esse acesso individual ou grupal, a negação ao acesso a estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais promovidas pelo ESTADO, do mercado e da sociedade, categorizando exclusão.

Os adolescentes pobres estão nas ruas limpando e guardando carros, vendendo objetos nos semáforos, catando lixo. Saem cedo de casa para se “virar” e procurar satisfazer suas necessidades mais básicas, ajudando, inclusive, na sobrevivência de suas famílias. A rua torna-se um espaço de obtenção de, ainda que mínima, e também de entretenimento, mas os expõe a dispersão, às drogas e à violência.... Aliado a isto, o tempo de permanência na rua intensifica-se e, entre outras coisas, enfraquece os vínculos familiares e os afasta da escola, os dois pilares básicos da vida comunitária e coletiva. (GADELBA, 2008, p. 155)

Essa realidade é um fator da doença, *o consumismo*, que aparece como forma de sintoma individualizador desses jovens que, cada vez mais, essa sociedade do consumo obriga-os “*ter, para ser*”. Deste modo, eles são forçados a enfrentar essa dura realidade, e muitas vezes cruel, em uma sociedade seletiva e excludente.

Embora Martins (2003) negue a exclusão social à ressignificando como *nova forma de desigualdade*, isso quando ele fala, é próprio dessa lógica de exclusão a *inclusão*, nesse sentido ele destaca:

Em rigor quando vocês relatam dolorosas situações de exclusão, falam também de dolorosas situações de *ajuntamento* econômico, social e político decorrentes da exclusão: quando as lavadeiras de Salvador, discriminadas e exploradas, se manifestam e exigem o reconhecimento do caráter contratual da relação entre trabalhadora que presta serviço e a madame que o recebe ; quando missionários se dedicam a um tipo especial de missão entre meninas prostitutas para interromper o círculo vicioso da degradação moral da exploração do corpo da criança... (MARTINS, 2003, grifos do autor)

Desse modo, Martins (2003) afirma que não existe uma exclusão, mas sim uma inclusão instável, precária, no que ele coloca como uma nova desigualdade, isso seguindo suas próprias regras, seguindo sua própria lógica, no entanto, cabe a nós discordar, quando referente ao conceito de exclusão, pois entendemos como existente sim uma exclusão social no qual essa está mais do que visível a olho nu.

Nesse sentido, contrário ao que foi posto por José Souza Martins (2003), inclusão não é o ajuntamento de um grupo social até então desorganizado e unidos por uma causa, como ele traz com exemplo das lavadeiras, mas sim quando todas as pessoas – independentemente de cor ou posição que ocupa na sociedade – tem acesso as mesmas oportunidades, diante disso, em um mundo real, abandonando a fantasia de inclusão a partir da exclusão, podemos afirmar que temos uma cultura de consumo, que individualiza e exclui cada vez mais jovens, e os coloca na situação de lutar com as armas que têm, para não ficarem só nas margens dessa sociedade, ao qual só faz excluir, e os inserir em programas que os disciplinarão, no qual o objetivo é aponta-los como responsáveis de sua própria miséria (GADELBA, 2008)

E como podemos descrever, só mais um dentre várias as tentativas de invisibilizar, os problemas sociais por meio de ressignificação dos termos, no que posteriormente apareça como dados de “extinção” daqueles problemas enfrentados pela sociedade, ou melhor, a população dos excluídos marginalizados.

... a pobreza é vista como incapacidade dos indivíduos de manterem sua subsistência. São grupos que se encontram a margem do sistema produtivo, social, político e cultural por não investirem no ‘capital humano’, ou seja, pela falta de investimento, sobretudo em educação, que o indivíduo deixa de fazer em si mesmo. A doutrina neoliberal, perversamente, culpabiliza o próprio indivíduo pela sua condição de exclusão, pobreza e miséria. (Gadelba, 2008)

No que reforça a ideia de um boicote generalizado em forma de lavagem cerebral com o intuito de convencimento da culpabilidade de si próprio, por estar passando algum tipo de necessidade, ou sua própria ignorância.

A elaboração desse trabalho, possibilitou evidenciar as possíveis problemáticas enfrentadas pela escola pública do ensino básico, com base nas literaturas disponíveis e documentos públicos divulgados, foi possível ter uma noção concreta de quão grave encontra-se a educação pública no Brasil, já que os dados publicados divulgados são alarmantes, no qual o número de estudantes evadidos no ano de 2017 supera os 30%. Além de ser base para o trabalho de coleta de dados no campo posteriormente. No trabalho de campo será utilizando um formulário com perguntas semiestruturadas, onde será fundamental para o evidenciar a realidade vivida por esses indivíduos, no sentido de ser exposta, resguardando a (s) identidade (s) do (s) entrevistado (s). Devido a importância da temática, poderemos com o trabalho evidenciar as especificidades enfrentadas por essas intuições de ensino com isso traçar maneiras de combate-las.

4. OBJETIVO GERAL

Analisar os reais determinantes da evasão escolar de alunos dos anos finais do ensino fundamental (9º ano) em transição para o ensino médio (1ª série) da Escola de Ensino Fundamental Nagila Maria Pontes Paz Passos e Escola de Ensino Médio Almir Pinto, buscando compreender o estranhamento dos jovens de Aracoiaba frente às instituições de ensino escolar.

4.1.OBJETIVO ESPECÍFICO

- Evidenciar o estranhamento dos jovens de Aracoiaba frente às instituições de ensino escolar ao investigar e apresentar as possíveis causas de evasão escolar pelos jovens com faixa etária entre 14 e 18 anos, que estão na situação de transição.
- Mostrar o papel que os organismos multilaterais orientam sobre a solução da pobreza através da escolarização e os determinantes desta relação com a evasão escolar.
- Demonstrar o conceito de vulnerabilidade social e verificar sua relação com a educação escolar nos países em desenvolvimento em especial o Brasil.
- Investigar as diversas condições que levam jovens de 14 à 18 anos de idade a evadirem-se da escola, se baseando nos relatos dos profissionais das instituições.

5. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado será qualitativo. Buscando caracterizar este trabalho de forma que se torne um estudo descritivo exploratório transversal com sua natureza qualitativa.

A pesquisa será realizada no município de Aracoiaba, pertencente ao maciço de Baturité, que se encontra a 97 quilômetros da capital e possui aproximadamente 26.500 habitantes⁴.

O grupo estudado será determinado à partir dos relatos dos profissionais de uma instituição de ensino fundamental, a escola Nagila Maria Pontes Paz Passos E.ef Dra que está localizada na Rua Carmelio De Oliveira, SN, Centro. CEP: 62750-000. Aracoiaba – Ceará, que de acordo com o senso escolar de 2017 tinha **671 alunos** matriculados no fundamental II, e de ensino médio Almir Pinto Eem está localizada em Rua Santos Dumont, 363, Centro. CEP: 62750-000. Aracoiaba – Ceará, que segundo o senso escolar de 2017 havia **671 alunos** matriculados. Será utilizado como termômetro a quantificação da saída desses estudantes das instituições, e como critério de inclusão serão profissionais atuantes das escolas e especificamente alunos do nono ano e primeira série do ensino médio.

Para coleta de dados, será utilizado um roteiro de perguntas que serão relacionadas com às possíveis causas de abandono da escola, juntamente com gravações fornecidas por um aparelho gravador de áudio. As perguntas contarão com 01 questão de dados sociodemográficos, itens A,B,C e D e 05 questões relacionadas ao tema proposto. Além disso, será realizado uma coleta de dados a partir de uma comparação dos documentos expostos no site do ministério da educação/INEP e de relatórios das instituições de ensino, quantificando o número de discentes que por tais motivos evadiram-se da escola.

Será utilizada uma abordagem individual, onde acontecerá visitas nas escolas em dois turnos: manhã e tarde. Elas ocorrerão durante um mês no período de segundo semestre do ano de 2019.

O processo de coleta será realizado por um discente do Curso de Bacharelado em humanidades da universidade da integração internacional da lusofonia afro brasileira (UNILAB).

⁴ (IBGE) < acessado em 10/12/2018>.

O pesquisador entrará em contato com a escola, explicando este projeto e buscará a autorização dos responsáveis. Após a aprovação do comitê de ética, serão estipulados os dias para acontecerem as visitas nas escolas supracitadas, e, assim, começar na efetivação e desenvolvimento da pesquisa.

Os sujeitos que desejarem participar da pesquisa, deverão assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) antes de iniciar o processo de entrevista. Para garantir o sigilo dos entrevistados, o instrumento e os áudios gravados, serão identificados por ordem crescente, numérica, por data e coleta.

Após a coleta dos dados qualitativos, serão transcritos e organizados em texto pelo programa Microsoft Word 2013 e posteriormente serão analisados.

O projeto será apresentado às pessoas responsáveis das instituições de ensino, uma vez autorizado, será submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa da UNILAB.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contém informações sobre: os objetivos da pesquisa, a não compensação financeira, a garantia do sigilo e anonimato na divulgação da pesquisa e o direito de se recusar a responder quaisquer itens do instrumento e retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A informação de que a pesquisa não apresentará riscos de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos sujeitos. Esse documento conterà assinaturas do pesquisador, do sujeito da pesquisa.

Espera-se que com essa pesquisa, haja um conhecimento aprofundado sobre as possíveis razões da saída desses jovens da escola, buscando sempre compreender os motivos da recorrência desse fenômeno associado a pobreza.

7. REFERÊNCIAS

NEVES, Silas Battastini. **Privatização do ensino público**. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/fl-insights/privatizacao_ensino_publico_sillas/> Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

SEMIS, Laís. **Evasão: Censo Escolar revela “fracasso da escola”**. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1935/evasao-censo-escolar-revela-fracasso-da-escola>> Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

PORTAL INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206> Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Provisão pública e privada de educação fundamental: diferenças de qualidade medidas por meio de propensity score. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 4, p. 373-390, 2010.

OLIVEIRA, Nielmar. **IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza**. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>> Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

IBGE. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba> > acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

NOVO, Benigno Nuñez. Direito à educação. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande XXI, n. 172, maio 2018. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artido_leitura&artigo_id=20498>. Acesso em janeiro de 2019.

ALVES, Vilma José de Souza. O direito à educação e suas perspectivas de efetividade. in: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 142, nov 2015. disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15775>. Acesso em jan 2019

MOREIRA, Adriano; SALLES, Leila Maria Ferreira. O ECA e a concretização do direito à educação básica. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 177-198, 2014.

FERREIRA, Felipe. Entenda como funciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). in: Gestão Pedagógica, Nov 2018. Disponível em:<<https://www.proesc.com/blog/entenda-a-base-nacional-comum-curricular-bncc/>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

JUSBRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

PACIEVITCH, Thais. **Lei de diretrizes e bases da educação.** Disponível em:<<https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

PEIXOTO, Madalena Guasco. O dia do desmanche da educação pública. in: Carta Educação, Ago 2018. Disponível em:< <http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/o-dia-do-desmanche-da-educacao-publica/>> Acessado em 03 de fevereiro de 2019.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas:** desafios para políticas públicas/Miriam Abromovay et al. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

GADELBA, Eugênia Bridget. JUVENTUDE, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A LIBERDADE ASSISTIDA EM EVIDÊNCIA. In BRAGA, Elza Franco. **CURSOS: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: vivências e criticidade.** Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 151 – 163.

FERRARI. Marcio. Michel Foucault, um crítico da instituição escolar. Disponível em:<<https://novaescola.org.br/conteudo/1522/michel-foucault-um-critico-da-instituicao-escolar>> Acessado em 16 de março de 2019.

SILVA. Rosângela Ribeiro; RABELO. Jakline; SEGUNDO. Maria das Dores Mendes. **Educação e vulnerabilidade social de Crianças e Adolescentes nos Termos da Unesco do Banco Mundial.** In.: JIMENEZ, Susana; RABELO, Josefa Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Marxismo, Educação e luta de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideo-políticos.** – Fortaleza: EdUece, 2010.

MARTINS. José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 2º ed. 2003.

AGENCIA IBGE NOTICIAS. **PNAD Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>> Acesso em 05 de Abril de 2019.

BEZERRA, Juliana. **Florestan Fernandes.** In: Toda Matéria. Disponível em:<<https://www.todamateria.com.br/florestan-fernandes/>> Acesso em 05 de Abril de 2019.

O abismo entre escolas públicas e privadas. EXAME, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-abismo-entre-escolas-publicas-e-privadas/>> Acesso em 7 de Abril de 2019.

TOLEDO, Luiz Fernando; PRATA, Mílibi Arruda e Pedro. **No Enem, 1 a cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600.** ESTADÃO, 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/educacao,no-enem-1-a-cada-4-alunos-de-classe-media-triunfa-pobres-sao-1-a-cada-600,953041>> acessado em 7 de abril de 2019.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 - Publicação Original.** Brasília, 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> acessado em 7 de abril de 2019.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Publicação Original.** Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>> acessado em 7 de abril de 2019.

8. APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A VULNERABILIDADE SOCIAL E A EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA-CE

Nome do(s) responsáveis: Profa. Dra Rosangela Ribeiro da Silva – José Vieira do Nascimento – Acadêmico de Bacharelado me Humanidades (Matrícula: 2015304249)

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa sobre a vulnerabilidade social e a evasão escolar de jovens do ensino médio no município de Aracoiaba-Ce. Durante a conversa você irá responder um pequeno questionário sobre o referido assunto. Este questionário terá o objetivo avaliar o seu conhecimento a respeito do assunto para análise das informações. Será garantido sigilo sobre sua identidade e as informações prestadas serão utilizadas exclusivamente para fins deste estudo. Fica garantida também sua liberdade para se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Não haverá ressarcimento (ganho) financeiro (dinheiro) para participar desta pesquisa.

Em caso de dúvida ou reclamação, entrar em contato com a pesquisadora responsável por meio do telefone: (85) 3332-6101 ou email rosangelaribeiro@unilab.edu.br ou com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) que fica situado à Avenida da Abolição, nº 3. Bairro: Centro. Cidade: Redenção-Ce, Telefone: (85) 3332-1414.

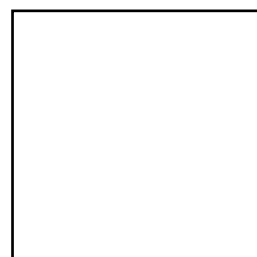
DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que entendi tudo o que me foi explicado; poderei tirar minhas dúvidas a qualquer momento; que posso sair da pesquisa quando desejar, sem que haja prejuízos para mim, e que recebi cópia deste documento que estou assinando.

Redenção, ____ de _____ de 20__

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador



Impressão do dedo polegar
(Caso não saiba assinar)

9. APÊNDICE 2

A partir do que já evidenciamos, podemos presumir que há uma evasão de jovens nas escolas de Aracoiaba, com isso, gostaríamos de responder as seguintes questões:

1. Questionário:

A. Quem são esses jovens? Homen (), Mulher (), Outro () _____

B. Onde vivem? Urbano (), Rural (), Outro () _____

C. Qual a cor? Branco (), Negro (), Outro () _____

D. Quantos anos você acha que eles têm? _____

2. Como você compreende a evasão desses alunos da escola?

3. Quais seriam os seus possíveis motivos, para que chegasse a esse extremo?

4. O que a escola tanta fazer para evitar a fuga desses jovens de seus espaços?

5. Como se identificam esses (as) meninas (os)?

6. Por que você acha que o fenômeno da evasão acontece?
